



SENADO
FEDERAL

SENADO FEDERAL – 2008

CONSULTOR DE ORÇAMENTO

CONSULTOR DE ORÇAMENTO

INFORMAÇÕES GERAIS

1. Você receberá do fiscal o material descrito a seguir:
 - a) uma folha destinada às respostas das questões objetivas;
 - b) este caderno de prova com cem questões objetivas.
2. Verifique se o material está em ordem, se seu **nome, número de inscrição, cargo e especialidade** são os que aparecem na folha de respostas.
3. Ao receber a folha de respostas, é obrigação do candidato:
 - a) ler atentamente as instruções na folha de respostas;
 - b) assinar a folha de respostas.
4. As questões da prova são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
5. O candidato deverá transcrever as respostas da prova para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova.
6. O preenchimento da folha de respostas dar-se-á mediante a utilização de caneta esferográfica de tinta preta ou azul, sendo de inteira responsabilidade do candidato. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
7. Esta prova terá a duração improrrogável de 5 (cinco) horas. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar a folha de respostas.
8. O rascunho do caderno não será levado em consideração.
9. O candidato somente poderá levar consigo o caderno de questões nos últimos 60 (sessenta) minutos da prova.
10. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, entregue a folha de respostas e deixe o local de prova.



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

LÍNGUA PORTUGUESA

O STF e a estabilidade das instituições

Em 5 de outubro de 1988, com meridiana clareza, ao ser outorgada uma nova carta política à nação, o constituinte determinou que seu guardião seria o Supremo Tribunal Federal (artigo 102, *caput*).

5 A Constituição, que rege os destinos do Estado democrático de Direito, portanto, sedia no pretório excelso seu elemento de estabilização.

Compreende-se, pois, que, entre os constitucionalistas, tenha-se por assentado que, no capítulo destinado ao Poder Judiciário em sua competência de atribuições (artigos 92 a 102), caiba aos juízos monocráticos e aos tribunais de segundo grau a missão de administrar a Justiça e, aos tribunais superiores (STF, STJ, TST, TSE e STM), dar estabilidade às instituições, exercendo o papel mais relevante, 15 entre eles, a Suprema Corte.

É exatamente isso o que tem ocorrido, nos últimos tempos, no que diz respeito ao direito de maior importância em uma democracia, que é o direito de defesa, inexistente nos Estados totalitários.

20 Todos os cidadãos dignos, que constituem a esmagadora maioria da nação, são contra a impunidade, a corrupção, o peculato. Há de convir, todavia, que, na busca dos fins legítimos de combate à impunidade, não se pode admitir a utilização de meios ilegítimos, risco de se nivelarem os bons e 25 os maus no desrespeito à ordem jurídica e à lei suprema.

Ora, o simples fato de o país ter percebido, estupefato, que houve 409.000 interceptações telefônicas autorizadas pela Justiça, em 2007, seguido de declarações do ministro da Justiça de que todos devem admitir que podem estar sendo 30 grampeados, ou do ministro chefe do serviço de inteligência de que a melhor forma de não ser grampeado é fechar a boca, está a demonstrar a existência de excessos, com a conseqüente violação desse direito, o que se tornou mais claro na operação da Polícia Federal de maior visibilidade 35 (Satiagraha).

Nada mais natural, portanto, que a Suprema Corte, por imposição constitucional, interviesse – como, efetivamente, interveio – para recolocar em seus devidos termos o direito de investigar e acusar, assim como o direito de defesa, cabendo 40 ao Poder Judiciário julgar, sem preferências ou preconceitos, as questões que lhe são submetidas.

No instante em que foram diagnosticados abusos reais, a corte máxima, de imediato, deflagrou um saudável processo de conscientização de cidadãos e governantes de que tanto os 45 crimes quanto os abusos devem ser coibidos, dando início a um processo que desaguará em adequada legislação, necessária ao equilíbrio do contencioso, além, naturalmente, à busca da verdade, com a intervenção judiciária, isenta e justa, dentro da lei.

50 E, por força dessa tomada de consciência, não só o Conselho Nacional de Justiça impôs regras às autorizações judiciais como o Poder Legislativo examina projeto de lei objetivando evitar tais desvios. Essas medidas permitirão que as águas, que saíram do leito do rio, para ele voltem, com 55 firmeza e serenidade.

Há de realçar, todavia, nos episódios que levaram, novamente, o país a conviver com o primado do Direito – especialmente com a valorização do direito de defesa, garantidor, numa democracia, da certeza de que o cidadão não

60 sofrerá arbítrios –, a figura do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, hoje, indiscutivelmente, um dos maiores constitucionalistas do país, com merecido reconhecimento internacional (é doutor em direito pela Universidade de Münster, na Alemanha, com tese sobre o 65 controle concentrado de constitucionalidade).

Graças à firmeza com que agiu, foi possível não só diagnosticar as violações como deflagrar todo o processo que está levando ao aperfeiçoamento das instituições, em que o combate à corrupção, legítimo, deve, todavia, ser realizado 70 dentro da lei.

Conhecendo e admirando o eminente magistrado há quase 30 anos, a firmeza na condução de assuntos polêmicos, na procura das soluções adequadas e jurídicas, seu perfil de admirável jurista e sua preocupação com a “Justiça justa”, 75 tenho a certeza de que não poderia ter sido melhor para o país do que vê-lo dirigir o pretório excelso nesta quadra delicada.

Prova inequívoca da correção de sua atuação é ter contado com o apoio incondicional dos demais ministros, quanto às medidas que tomou, durante a crise.

80 Parodiando a lenda do moleiro – que não quis ceder suas terras a Frederico da Prússia, dizendo que as defenderia, porque “ainda havia juízes em Berlim” –, posso afirmar: há juízes em Brasília, e dos bons!

(Ives Gandra da Silva Martins. *Folha de São Paulo*, 16 de setembro de 2008.)

1

A respeito da análise do texto, analise as afirmativas a seguir:

- I. Ao realizar uma análise da garantia de constitucionalidade por meio do STJ, o texto elogia a atuação do ministro Gilmar Mendes.
- II. O texto aponta para um cenário nacional de tomada de consciência, apresentando a atuação do CNJ e do STF nesse sentido.
- III. Segundo o texto, o papel de garantir estabilidade às instituições é exclusivo do STF.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (C) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

2

Para desenvolver as idéias do texto, os autores só **não** se valeram de:

- (A) metáforas.
- (B) citações.
- (C) referência histórica.
- (D) dados estatísticos.
- (E) questionamentos.

3

Assinale a alternativa em que o termo indicado **não** exerça papel anafórico.

- (A) isso (L.16)
- (B) seu (L.3)
- (C) (d)essa (L.50)
- (D) tais (L.53)
- (E) (n)esta (L.76)

4

“Em 5 de outubro de 1988, com meridiana clareza, ao ser outorgada uma nova carta política à nação, o constituinte determinou que seu guardião seria o Supremo Tribunal Federal (artigo 102, *caput*).” (L.1-4)

De acordo com o *Manual de Elaboração de Textos do Senado Federal*, assinale a alternativa em que a data grifada acima estaria corretamente abreviada.

- (A) 05/10/88
- (B) 05/10/1.988
- (C) 5-10-88
- (D) 5.10.88
- (E) 05-10-88

5

Nas linhas 37 e 38, ocorrem duas formas verbais do verbo “intervir”: *interviesse* e *interveio*, corretamente flexionadas.

Assinale a alternativa em que **não** haja correspondência entre as formas verbais.

- (A) ver – vir
- (B) remediar – remedeie
- (C) adequar – adéquo
- (D) reaver – reavejo
- (E) maquiari – maquio

6

Assinale a alternativa em que o termo indicado **não** exerça a mesma função sintática que dar estabilidade às instituições (L.13-14).

- (A) a Suprema Corte (L.15)
- (B) as questões (L.41)
- (C) abusos reais (L.42)
- (D) a utilização de meios ilegítimos (L.23-24)
- (E) uma nova carta política à nação (L.2)

7

“Parodiando a lenda do moleiro – que não quis ceder suas terras a Frederico da Prússia, dizendo que as defenderia, porque ‘ainda havia juízes em Berlim’ –, posso afirmar: há juízes em Brasília, e dos bons!” (L.80-84)

É correto afirmar que o trecho entre travessões:

- (A) poderia vir isolado por ponto-e-vírgula.
- (B) constitui uma ressalva ao que é dito anteriormente.
- (C) bastaria vir isolado pelo primeiro travessão, já que após o segundo há uma vírgula.
- (D) deixou de vir simplesmente entre vírgulas a fim de receber destaque.
- (E) caracteriza uma intervenção para inserir a fala do autor do texto.

8

O termo estupefato (L.26) exerce a função de:

- (A) predicativo do sujeito.
- (B) adjunto adnominal.
- (C) adjunto adverbial.
- (D) predicativo do objeto.
- (E) aposto.

9

Assinale a alternativa em que a palavra tenha sido acentuada seguindo regra **distinta** das demais.

- (A) consciência (L.50)
- (B) juízos (L.11)
- (C) pretório (L.6)
- (D) episódios (L.56)
- (E) importância (L.17)

10

Assinale a alternativa em que a palavra indicada **não** tenha sido formada pelo mesmo processo que internacional (L.63).

- (A) desrespeito (L.25)
- (B) inequívoca (L.77)
- (C) democracia (L.18)
- (D) imediato (L.43)
- (E) inexistente (L.18)

11

“Nada mais natural, portanto, que a Suprema Corte, por imposição constitucional, *interviesse* – como, efetivamente, *interveio* – para recolocar em seus devidos termos o direito de investigar e acusar, assim como o direito de defesa, cabendo ao Poder Judiciário julgar, sem preferências ou preconceitos, as questões que lhe são submetidas.” (L.36-41)

Assinale a alternativa em que, alterando-se a ordem dos termos no período, **não** tenha ocorrido alteração de ordem semântica nem se tenha criado pontuação inadequada.

- (A) Nada mais natural, portanto, que por imposição constitucional, a Suprema Corte *interviesse* – como, efetivamente, *interveio* – para recolocar em seus devidos termos o direito de investigar e acusar, assim como o direito de defesa, cabendo ao Poder Judiciário, sem preferências ou preconceitos, julgar as questões que lhe são submetidas.
- (B) Portanto, nada mais natural, que a Suprema Corte, *interviesse* – como, efetivamente, *interveio* – por imposição constitucional, para recolocar em seus devidos termos o direito de investigar, assim como o direito de defesa, e acusar cabendo, sem preferências ou preconceitos, ao Poder Judiciário julgar, as questões que lhe são submetidas.
- (C) Nada mais natural, portanto, que a Suprema Corte *interviesse*, por imposição constitucional, – como, efetivamente, *interveio* – para recolocar o direito de investigar e acusar em seus devidos termos, assim como o direito de defesa, cabendo ao Poder Judiciário julgar as questões que lhe são submetidas sem preferências ou preconceitos.
- (D) Nada mais natural, portanto, que, por imposição constitucional, a Suprema Corte *interviesse*, como efetivamente *interveio*, para recolocar em seus devidos termos o direito, assim como o direito de defesa, de investigar e acusar, cabendo julgar ao Poder Judiciário, sem preferências ou preconceitos, as questões que lhe são submetidas.
- (E) Portanto, nada mais natural que, por imposição constitucional, a Suprema Corte, *interviesse* – como, efetivamente, *interveio* – para recolocar, em seus devidos termos, assim como o direito de defesa, o direito de investigar e acusar, cabendo ao Poder Judiciário julgar, sem preferências ou preconceitos, as questões que lhe são submetidas.

12

Assinale a alternativa em que **não** se tenha feito correta correspondência entre os termos.

- (A) carta política (L.2) – Constituição (L.5)
- (B) lei suprema (L.25) – Constituição (L.5)
- (C) corte máxima (L.43) – STJ (L.13)
- (D) pretório excelso (L.76) – Supremo Tribunal Federal (L.60-61)
- (E) Suprema Corte (L.36) – Supremo Tribunal Federal (L.60-61)

13

“É exatamente isso o que tem ocorrido, nos últimos tempos, no que diz respeito ao direito de maior importância em uma democracia, que é o direito de defesa, inexistente nos Estados totalitários.” (L.16-19)

A respeito das ocorrências da palavra QUE no trecho acima, assinale a alternativa que apresente, respectivamente, sua correta classificação.

- (A) conjunção subordinativa – conjunção integrante – conjunção integrante
- (B) pronome relativo – pronome relativo – pronome relativo
- (C) conjunção integrante – conjunção integrante – conjunção subordinativa
- (D) pronome relativo – preposição – pronome relativo
- (E) conjunção integrante – preposição – conjunção subordinativa

14

“Graças à firmeza com que agiu, foi possível não só diagnosticar as violações como deflagrar todo o processo que está levando ao aperfeiçoamento das instituições, em que o combate à corrupção, legítimo, deve, todavia, ser realizado dentro da lei.” (L.66-70)

A respeito do trecho acima, analise os itens a seguir:

- I. Uma das ocorrências da palavra QUE é núcleo de um adjunto adverbial.
- II. Um dos casos de ocorrência de crase é facultativo.
- III. Há somente uma estrutura em voz passiva.

Assinale:

- (A) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (B) se somente os itens I e III estiverem corretos.
- (C) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- (D) se nenhum item estiver correto.
- (E) se todos os itens estiverem corretos.

15

“Em 5 de outubro de 1988, com meridiana clareza, ao ser outorgada uma nova carta política à nação, o constituinte determinou que seu guardião seria o Supremo Tribunal Federal (artigo 102, *caput*).” (L.1-4)

Com base no trecho acima, analise os itens a seguir:

- I. O plural de *guardião* pode ser tanto “guardiões” quanto “guardiães”.
- II. À forma *caput*, em itálico, que indica latinismo, poderiam ser acrescentadas aspas.
- III. A expressão *meridiana clareza* se insere no campo semântico de “sol”.

Assinale:

- (A) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- (B) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (C) se todos os itens estiverem corretos.
- (D) se somente os itens I e III estiverem corretos.
- (E) se nenhum item estiver correto.

16

Por *estupefato* (L.26), **não** se pode entender:

- (A) peremptório.
- (B) enleado.
- (C) pávido.
- (D) perplexo.
- (E) atônito.

17

Em *Justiça justa* (L.75), ocorre um substantivo ao lado de um adjetivo dele cognato.

Assinale a alternativa em que substantivo e adjetivo, respectivamente, **não** sejam cognatos.

- (A) lentidão – lento
- (B) inércia – inercial
- (C) arma – inerte
- (D) perfil – perfilhado
- (E) obcecação – obcecado

As questões de 18 a 20 referem-se ao Manual de Redação da Presidência da República e ao Manual de Elaboração de Textos do Senado Federal.

18

Com base no *Manual de Redação da Presidência da República*, analise os itens a seguir:

- I. Quanto a sua forma, aviso e ofício seguem o modelo do padrão ofício, com acréscimo do vocativo, que invoca o destinatário, seguido de vírgula.
- II. Devem constar do cabeçalho ou do rodapé do ofício as seguintes informações do remetente: nome do órgão ou setor; endereço postal; telefone e endereço de correio eletrônico.
- III. Aviso e ofício são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares.

Assinale:

- (A) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- (B) se somente os itens I e III estiverem corretos.
- (C) se nenhum item estiver correto.
- (D) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (E) se todos os itens estiverem corretos.

19

Com base no *Manual de Elaboração de Textos do Senado Federal*, analise os itens a seguir:

- I. O Conselho Técnico da Consultoria Legislativa do Senado Federal recomenda a utilização do recurso “marcas de revisão”, do aplicativo *Word*, exclusivamente nos casos de minuta de parecer de medida provisória reeditada.
- II. Como a minuta de parecer de medida provisória reeditada envolve, no mais das vezes, reduzida modificação no texto anteriormente elaborado, o emprego das marcas de revisão serve para dar destaque aos pontos alterados pela mais recente reedição da MPV. Com isso, economiza-se tempo e esforço do autor e do revisor, que estão obrigados a revisar o trabalho antes do seu encaminhamento.
- III. Todas as alterações – inclusive as efetuadas pelo revisor – entrarão no rol daquelas passíveis de aceitação ou de rejeição. Por isso, os botões “aceitar todas” e “rejeitar todas” do aplicativo *Word* deverão ser utilizados com bastante cautela.

Assinale:

- (A) se nenhum item estiver correto.
- (B) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (C) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- (D) se todos os itens estiverem corretos.
- (E) se somente os itens I e III estiverem corretos.

20

Com base no *Manual de Elaboração de Textos do Senado Federal*, analise os itens a seguir:

- I. Seja qual for o numeral empregado, os termos “artigo” e “parágrafo” devem ser grafados de forma abreviada: “art.” e “§” para o singular e “arts.” e “§§” para o plural.
- II. Não se usa a forma abreviada quando as palavras “artigo” e “parágrafo” aparecem acompanhadas de adjetivo, exceção feita à abreviação “§ único”.
- III. Utiliza-se o numeral ordinal abreviado para designar artigos e parágrafos de leis e proposições legislativas até o nono, inclusive. A partir daí, emprega-se o algarismo arábico, seguido de ponto.

Assinale:

- (A) se todos os itens estiverem corretos.
- (B) se nenhum item estiver correto.
- (C) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- (D) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (E) se somente os itens I e III estiverem corretos.

CONHECIMENTOS GERAIS**21**

Admita que 3 operários, trabalhando 8 horas por dia, construam um muro de 36 metros em 5 dias. O tempo necessário para que 5 operários, trabalhando 6 horas por dia, construam um muro de 30 metros é de:

- (A) 3 dias mais 2 horas.
- (B) 3 dias mais 4 horas.
- (C) 3 dias mais 8 horas.
- (D) 4 dias mais 3 horas.
- (E) 4 dias mais 4 horas.

22

A função f , para cada real x , associa o menor entre os números $\frac{x}{2}$ e $20 - x$. Por exemplo, $f(1) = 3$ e $f(15) = 5$.

O valor máximo de f é:

- (A) 8.
- (B) $17/2$.
- (C) $25/3$.
- (D) $35/4$.
- (E) $44/5$.

23

Guido fez um investimento em um fundo de ações e, a cada 30 dias, recebe um relatório mostrando a valorização ou desvalorização das cotas do fundo nesse período. No primeiro mês o fundo teve uma valorização de 8% e, no segundo mês de 25%. O terceiro mês foi de crise e todas as ações caíram. Entretanto, no fim do terceiro mês, Guido verificou, com certo alívio, que tinha quase que exatamente o mesmo dinheiro que investiu.

A desvalorização no terceiro mês foi de cerca de:

- (A) 22%.
- (B) 26%.
- (C) 30%.
- (D) 33%.
- (E) 37%.

24

A maior raiz da equação $\frac{3x}{2x-2} + \frac{2}{1-x} - \frac{9}{2x+2} = 0$

está entre:

- (A) 2 e 3.
- (B) 3 e 4.
- (C) 4 e 5.
- (D) 5 e 6.
- (E) 6 e 7.

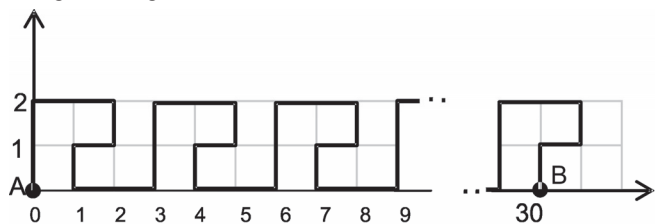
25

Uma urna contém 4 bolas brancas e 6 bolas pretas. Uma pessoa saca uma bola dessa urna e põe no bolso sem ver sua cor. Em seguida, essa pessoa saca mais uma bola. A probabilidade de que essa última bola seja branca é de:

- (A) 20%.
- (B) 25%.
- (C) 30%.
- (D) 40%.
- (E) 50%.

26

A linha poligonal que começa em A e termina em B é desenhada mantendo-se sempre o mesmo padrão mostrado na figura a seguir:



O comprimento da linha poligonal AB é:

- (A) 85.
- (B) 88.
- (C) 90.
- (D) 97.
- (E) 105.

27

Pedro leva exatamente 20 minutos para ir de sua casa até o trabalho. Certa vez, durante o caminho, percebeu que esquecera em casa um documento. Pelo horário, ele sabia que, se continuasse a andar, chegaria ao trabalho 8 minutos antes da sua hora de entrada, mas, se voltasse para pegar o documento, no mesmo passo, chegaria atrasado 10 minutos. Nesse ponto, Pedro já tinha, portanto, percorrido a seguinte fração do caminho:

- (A) $\frac{2}{5}$.
- (B) $\frac{9}{10}$.
- (C) $\frac{1}{2}$.
- (D) $\frac{2}{3}$.
- (E) $\frac{9}{20}$.

28

Em um jogo de duas pessoas, os jogadores tiram, alternadamente, palitos de uma pilha que inicialmente tem 1000 palitos. Em cada jogada, o jogador pode retirar 1, 2, 3, 4 ou 5 palitos.

Ganha o jogador que tirar o último palito da pilha.

Para assegurar sua vitória, o jogador que começa deve retirar a seguinte quantidade de palitos:

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

29

“A economia brasileira está entrando em uma fase na qual o investimento direto no exterior (IDE) será, possivelmente, um dos motores do dinamismo de seu desenvolvimento. [...] Internacionalizar operações significa, para uma empresa, participar ativamente, como *global player*, de uma complexa trama de relações com fornecedores, clientes e competidores internacionais.”

(Coutinho, Luciano et alii. *O investimento direto no exterior como alavanca dinamizadora da economia brasileira*, 2008.)

A internacionalização das empresas de um país é, em geral, resultado de um processo de amadurecimento de determinadas condições de desenvolvimento de seu sistema empresarial. Entre elas estão:

- I. as condições de competitividade produtiva, comercial e tecnológica dos setores/cadeias em que se originaram as empresas candidatas à internacionalização;
- II. a consolidação ou a concentração econômica alcançadas pelos setores/cadeias, que refletem a obtenção e fruição de economias de escalas empresariais;
- III. as condições de rentabilidade operacional e de financiamento que podem ser capturadas pelas empresas líderes a partir de determinantes macroeconômicos;
- IV. as condições de amadurecimento institucional, como as práticas de governança e gestão e a qualidade das estratégias empresariais.

Analise os itens acima e assinale:

- (A) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (B) se somente os itens III e IV estiverem corretos.
- (C) se somente os itens II, III e IV estiverem corretos.
- (D) se somente os itens I, II e IV estiverem corretos.
- (E) se todos os itens estiverem corretos.

30

A previsão de Adam Smith sobre uma derradeira equalização de poder entre o Ocidente conquistador e o não-Ocidente conquistado pode finalmente se tornar realidade.

O esforço de modernização feito pela China nos últimos anos se realiza em uma tem escala tão titânica que chega a ser difícil compreendê-lo.

(Arrighi, Giovanni. *Adam Smith em Pequim. Origens e fundamentos do século XXI*. 2008.)

Com relação à dinâmica ascensão da China e ao sucesso de suas reformas, analise as afirmativas a seguir:

- I. As reformas ocorreram inicialmente devido ao tratamento preferencial dado aos chineses da diáspora que, graças à familiaridade com o idioma e às relações de parentesco, fizeram doações generosas às instituições da China Continental.
- II. O sucesso do crescimento chinês se deve ao não-abandono do gradualismo em favor das terapias de choque defendidas pelo chamado Consenso de Washington.
- III. Uma fonte de atração para o capital estrangeiro foi a capacidade de autogerenciamento da reserva de mão-de-obra barata, combinada com a mobilização produtiva dessa reserva dentro da própria China.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

31

Um dos principais itens da plataforma eleitoral de Fernando Lugo, ex-bispo católico eleito presidente da República do Paraguai em abril de 2008, foi a revisão do Tratado de Itaipu, celebrado com o Brasil em 26 de abril de 1973.

Entre outras cláusulas, o Tratado prevê que:

- (A) o Paraguai não receberá a compensação financeira dos *royalties*, pois seu território não foi atingido pela construção da barragem.
- (B) a venda da energia produzida a partir do aproveitamento hidrelétrico referido no tratado deve ser feita a preço de custo para países não signatários.
- (C) os signatários devem adquirir, conjunta ou separadamente, o total da energia produzida a partir do aproveitamento hidrelétrico referido no tratado.
- (D) os limites territoriais estabelecidos entre os dois países podem ser revistos em função da implantação de instalações destinadas à produção de energia elétrica e obras auxiliares.
- (E) os países signatários têm o direito de vender a energia por eles não utilizada para terceiros países.

32

A respeito do catálogo de direitos fundamentais da Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas a seguir:

- I. É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- II. É garantido o direito de propriedade. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados casos previstos na própria Constituição.
- III. É vedada a cominação de pena de caráter perpétuo, salvo no caso de condenação por crimes considerados hediondos, na forma da lei.
- IV. Nenhum brasileiro será extraditado, exceto no caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e em crime de terrorismo, na forma da lei.
- V. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus de sucumbência.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I, III e V estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e IV e V estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I, II e V estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas I, II, IV e V estiverem corretas.

33

A respeito da disciplina constitucional da elaboração do orçamento público, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação da receita, nos termos da lei.
- (B) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (C) Cabe a lei complementar dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.
- (D) O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, será obrigatoriamente incluído na lei orçamentária anual.
- (E) A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, excluídas as entidades de administração indireta que possuam autonomia econômica e financeira.

34

A respeito do projeto de lei orçamentária anual, assinale a afirmativa correta.

- (A) Por ser de iniciativa exclusiva do Presidente da República, não pode receber emendas parlamentares.
- (B) Somente poderá receber emendas subscritas pela maioria das comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como emendas das bancadas estaduais no Congresso Nacional, não sendo admitida a apresentação de emendas individuais.
- (C) Somente será submetida à aprovação do Congresso Nacional depois de regular tramitação, apreciação de emendas e elaboração de parecer pela Comissão Mista Permanente de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição federal.
- (D) Poderá receber proposta de alteração por parte do Presidente da República, enquanto não iniciada a votação, no plenário do Congresso Nacional, da parte cuja alteração é proposta.
- (E) Não pode receber emendas parlamentares cujos recursos necessários sejam provenientes de anulação de despesas ou ainda emendas que consignem créditos com finalidade imprecisa ou dotação ilimitada.

35

A respeito do Sistema Tributário Nacional instituído pela Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas a seguir:

- I. Compete ao Senado Federal fixar as alíquotas máximas do imposto de transmissão *causa mortis* e incidente sobre doação de quaisquer bens e direitos, cabendo aos estados-membros definir a alíquota interna exigível, mediante lei.
- II. É facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas do imposto sobre circulação de mercadorias incidente nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros.
- III. O princípio da não-cumulatividade do ICMS opera a compensação do tributo pago na entrada da mercadoria com o valor devido por ocasião da saída, impedindo que, nas diversas fases da circulação econômica de uma mercadoria, o valor do imposto seja maior que o percentual correspondente à alíquota prevista na legislação.
- IV. O princípio constitucional da imunidade tributária recíproca impede que os entes federativos instituíam impostos, contribuições sociais e taxas incidentes sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros.
- V. Em decorrência do princípio da reserva legal tributária, é vedada a instituição ou majoração de tributos por medida provisória.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II, III e V estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I, II, III e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas I, IV e V estiverem corretas.

36

A respeito do Tribunal de Contas da União, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Ao Tribunal de Contas da União compete julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.
- (B) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- (C) O Tribunal de Contas da União, órgão integrante do Poder Judiciário, é composto de nove ministros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, dentre brasileiros de mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade, de idoneidade moral e reputação ilibada.
- (D) Compete ao Tribunal de Contas da União prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.
- (E) Compete ao Tribunal de Contas da União aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, dentre elas, multa proporcional ao dano causado ao erário.

37

Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A alienação de bens imóveis da Administração deve ser precedida de avaliação prévia e licitação, sendo esta, contudo, dispensada, entre outros, nos casos de permuta e doação.
- (B) As alterações unilaterais qualitativas do contrato administrativo, impostas pela Administração, devem prevalecer sobre as alterações quantitativas.
- (C) Se o Estado pretende alugar imóvel para instalar órgão público, deve realizar licitação, ressalvadas apenas situações específicas, como, por exemplo, a relativa a sua localização.
- (D) Não há vedação para que o administrador público realize concorrência em lugar de tomada de preços, ainda que o valor previsto para o contrato se situe na faixa relativa a esta última modalidade.
- (E) É direito do cidadão a possibilidade de impugnar edital de licitação em razão de alguma contrariedade com a lei, mas o recurso deve ser interposto antes da data da abertura dos envelopes de habilitação.

38

Considerando-se o regime estatutário dos servidores públicos federais, é correto afirmar que:

- (A) o vencimento é a retribuição pecuniária composta por uma parcela de remuneração correspondente ao cargo público e por outra relativa às vantagens pecuniárias.
- (B) o servidor estável só perde o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo no qual se lhe tenha garantido ampla defesa.
- (C) a única condição exigida para a aquisição do direito à estabilidade consiste no decurso de 3 (três) anos de efetivo exercício pelo servidor titular de cargo efetivo.
- (D) em caso de reincidência de faltas punidas com advertência, o servidor está sujeito à penalidade de suspensão, que, em nenhuma hipótese, pode exceder de noventa dias.
- (E) não é vedada a acumulação remunerada de cargo público com emprego exercido em fundação governamental de direito privado, desde que haja compatibilidade de horários.

39

Assinale a afirmativa correta.

- (A) Competência, finalidade e motivo dos atos administrativos constituem elementos sempre vinculados.
- (B) Diversamente do que ocorre no direito privado, o silêncio administrativo só pode retratar manifestação negativa de vontade do administrador.
- (C) Atos administrativos podem ser revogados mediante atuação discricionária do administrador público, por meio da valoração de conveniência e oportunidade.
- (D) O Poder Judiciário não tem competência para apreciar o motivo e o objeto dos atos discricionários, elementos privativos do administrador público.
- (E) Não é possível que ato inválido seja exequível de imediato, mas o ato válido pode ser inexecuível em determinadas condições.

40

Analisar as afirmativas abaixo:

- I. No processo administrativo disciplinar, a autoridade competente para proferir a decisão está vinculada aos elementos de fato contidos no relatório oferecido pela Comissão de Inquérito.
- II. O controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial exercido pelo Poder Legislativo sobre a Administração não se cinge aos aspectos de legalidade, mas, ao contrário, estende-se aos critérios de legitimidade e economicidade.
- III. Os recursos administrativos, como regra, possuem efeito suspensivo, de modo que sua interposição paralisa os efeitos dos atos administrativos impugnados.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

41

Um estamento eminentemente aristocrático, formado por uma nobreza em declínio, paulatinamente perdeu suas rendas originais e se tornou crescentemente burocrático.

O texto caracteriza o seguinte tipo de Estado e de administração pública no Brasil:

- (A) estatal.
- (B) patrimonialista.
- (C) burocrática.
- (D) pós-burocrática.
- (E) gerencial.

42

Os objetivos de uma política reguladora de Estado tradicionalmente, são:

- (A) defesa da concorrência e dos usuários de serviços públicos.
- (B) defesa da concorrência e manutenção da responsabilidade fiscal.
- (C) defesa dos usuários de serviços públicos e da responsabilidade fiscal.
- (D) defesa das empresas prestadoras de serviços públicos e responsabilidade fiscal.
- (E) defesa dos princípios da privatização de estatais e da concorrência.

43

Segundo a abordagem gerencial da administração pública, os setores existentes em um Estado são:

- (A) o setor público e o setor privado.
- (B) o setor público, o setor privado e o comércio internacional.
- (C) o núcleo estratégico, as atividades exclusivas do Estado, os serviços não-exclusivos e a produção de bens e serviços para o mercado.
- (D) o núcleo estratégico, as atividades exclusivas do Estado e os serviços não-exclusivos.
- (E) as atividades exclusivas do Estado, os serviços não-exclusivos e a produção de bens e serviços para o mercado.

44

Em grandes linhas, a transparência nas contas públicas e a disponibilização de informações à sociedade atendem aos seguintes objetivos, respectivamente:

- (A) formulação e implementação de políticas públicas.
- (B) mitigação das desigualdades regionais e planejamento governamental.
- (C) melhoria das exportações nacionais e redução do déficit público.
- (D) incremento dos instrumentos de controle da administração pública e maior liberdade de imprensa.
- (E) diminuição da corrupção e aperfeiçoamento da ação estatal.

45

A Constituição Federal de 1988 instituiu o processo de descentralização administrativa em favor de Estados e Municípios. Contudo, alguns autores afirmam que diversos municípios brasileiros não são, ainda nos dias de hoje, aptos a cumprir com suas novas obrigações. Uma razão para isso é:

- (A) a falta de autonomia administrativa dos Municípios.
- (B) a dependência de transferência de recursos por parte dos Estados e União para os Municípios.
- (C) a existência de competências legislativas comuns a Municípios, Estados e União.
- (D) a falta de sincronização entre as eleições de prefeitos, governadores e presidente.
- (E) a não-elaboração de planos diretores nas cidades.

46

A Mesa do Senado se compõe de:

- (A) Presidente, Vice-Presidente e quatro Secretários.
- (B) Presidente, dois Vice-Presidentes e cinco Secretários.
- (C) Presidente, dois Vice-Presidentes e quatro Secretários.
- (D) Presidente, Vice-Presidente e três Secretários.
- (E) Presidente, três Vice-Presidentes e quatro Secretários.

47

Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) As Comissões Diretora e de Constituição, Justiça e Cidadania são comissões permanentes.
- (B) As comissões, quanto à duração, dividem-se em comissões permanentes e temporárias.
- (C) São comissões temporárias a interna, a externa e a parlamentar de inquérito.
- (D) As comissões externas são criadas por deliberação do Plenário ou por proposta do Presidente.
- (E) As comissões parlamentares de inquérito se enquadram nas comissões permanentes.

48

Analise as afirmativas a seguir, relacionadas à sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal:

- I. Um dos objetivos dessa sessão reside em discutir e votar o Orçamento.
- II. As sessões realizar-se-ão no Plenário do Senado Federal.
- III. Constitui objetivo da sessão delegar ao Presidente da República poderes para legislar.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se apenas a afirmativa III estiver correta.

49

O Senado Federal reunir-se-á:

- (A) anualmente, de 01 de fevereiro a 15 de julho e de 1º de agosto a 20 de dezembro.
- (B) quando houver convocação ordinária do Congresso Nacional.
- (C) anualmente, de 2 de fevereiro a 15 de julho e de 15 de agosto a 22 de dezembro.
- (D) anualmente, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.
- (E) em dois períodos, um de 01 de fevereiro a 17 de julho, e outro de 2 de agosto a 20 de dezembro.

50

No que se refere às sessões do Senado, assinale a afirmativa correta.

- (A) A apresentação de projetos constitui matéria da Ordem do Dia.
- (B) O período da Ordem do Dia é posterior ao Período de Expediente.
- (C) O Período de Expediente tem início às dezesseis horas, salvo prorrogação em caráter de exceção.
- (D) Na Ordem do Dia são apreciados pedidos de licença de Senadores.
- (E) A Ordem do Dia antecede ao Período de Expediente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Direito Financeiro, Administração Financeira e Orçamentária Pública****51**

A lei 4320/64 consagra princípios orçamentários que cuidam de aspectos substanciais a serem observados na elaboração do orçamento. Em relação ao princípio da especificação assinale a afirmativa correta.

- (A) As receitas e despesas devem aparecer no orçamento de maneira discriminada de tal forma que se possa saber, pormenorizadamente, a origem dos recursos, bem como a sua aplicação.
- (B) O orçamento deve ser elaborado de maneira a conter todas as receitas e despesas públicas, sem quaisquer deduções ou compensações entre devedores e credores.
- (C) A lei orçamentária anual deverá conter apenas matéria pertinente ao orçamento público, excluindo-se quaisquer dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação das despesas, ressalvados os casos previstos na legislação.
- (D) O orçamento compreende uma unidade que abrange as receitas e despesas de todos os Poderes e Órgãos da Administração Pública pelos seus totais, observada a discriminação quanto aos aspectos fiscais, sociais e previdenciários.
- (E) As receitas não poderão ter vinculação com quaisquer despesas, órgãos ou fundos, ressalvada a vinculação prevista para as despesas com educação, saúde e assistência social.

Análise a receita a seguir discriminada e responda às questões 52, 53 e 54.

Receitas	VALORES
Imposto de renda	20.000
Operações de crédito por antecipação de receita	2.000
Contribuição social s/o lucro líquido	5.000
Amortização de empréstimos	6.000
Compensações financeiras	3.000
Inscrição do serviço da dívida a pagar	2.000
Contribuição social do salário-educação	2.000
Aplicações financeiras	1.000
Aluguel de imóveis	2.000
Cauções recebidas em dinheiro	2.000
Consinações em folha de pagamento	3.000
Emolumentos e custas judiciais	2.000
Operações de crédito	2.000
Alienação de bens	2.000
Concessões e permissões	3.000
Inscrição de despesas em restos a pagar	2.000
Recebimento da dívida ativa	3.000
Depósitos de terceiros	2.000

52

As receitas de natureza extra-orçamentárias somam:

- (A) 13.000.
- (B) 16.000.
- (C) 15.000.
- (D) 18.000.
- (E) 14.000.

53

O valor das receitas orçamentárias é:

- (A) 50.000.
- (B) 48.000.
- (C) 51.000.
- (D) 46.000.
- (E) 49.000.

54

As receitas correntes somam:

- (A) 36.000.
- (B) 38.000.
- (C) 41.000.
- (D) 35.000.
- (E) 39.000.

55

O estoque da dívida ativa no exercício encerrado em 31/12/2006 era de R\$ 100.000. No exercício de 2007 foram inscritos créditos de R\$ 30.000 e recebidos 50% do estoque de 2006. Pode-se afirmar que em 2007 o estoque da dívida ativa apresentou:

- (A) aumento de R\$ 30.000.
- (B) redução de R\$ 30.000.
- (C) aumento de R\$ 20.000.
- (D) redução de R\$ 20.000.
- (E) aumento de R\$ 50.000.

Com base nas informações sobre as despesas a seguir relacionadas responda às questões 56 e 57.

Despesas	Valores
Serviços de limpeza	3.000,00
Pagamento da Contribuição dos servidores para a previdência	2.000,00
Aquisição de computadores	3.000,00
Pagamento de restos a pagar	1.000,00
Construção de Viaduto	5.000,00
Juros da dívida fundada	2.000,00
Diárias a servidores	2.000,00
Obrigações patronais	4.000,00
Devolução de depósitos de terceiros	3.000,00
Aquisição de merenda escolar	2.000,00
Construção de habitações do PAC	5.000,00
Amortização de empréstimos	4.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
Construção de creches populares	5.000,00
Aquisição de equipamentos hospitalares	3.000,00
Passagens aéreas	3.000,00
Devolução de cauções recebidas	2.000,00
Pagamento de Operações de Crédito por Antecipação de receitas	2.000,00
Pagamento dos valores inscritos no Serviço Dívida a Pagar	2.000,00
Aposentarias	5.000,00
Horas extras	2.000,00
Férias	3.000,00
Subsídios de vereadores	4.000,00
Aquisição de Veículos para a Polícia	5.000,00

56

As despesas correntes e de capital somam, respectivamente:

- (A) 40.000 e 30.000.
- (B) 38.000 e 32.000.
- (C) 37.000 e 33.000.
- (D) 43.000 e 32.000.
- (E) 42.000 e 32.000.

57

O valor das despesas de natureza extra-orçamentária é:

- (A) 10.000.
- (B) 16.000.
- (C) 9.000.
- (D) 12.000.
- (E) 15.000.

58

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, **não** é correto afirmar que:

- (A) a Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá a reserva de contingência cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, constará na Lei Orçamentária Anual.
- (B) as despesas com pessoal no Poder Judiciário Estadual não devem ultrapassar 6% da Receita Corrente Líquida.
- (C) os limites da dívida consolidada da União, Estados e Municípios é definida em percentual da Receita Corrente Líquida, por ato do Senado Federal.
- (D) receita corrente líquida compreende o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes.
- (E) a receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

59

A despesa deve passar pelo processo de verificação do direito adquirido do credor, antes de ser paga. Esse procedimento tem como objetivo verificar a importância exata a pagar e a quem se deve pagar, para extinguir a obrigação. É certo que antes deve ser criada a obrigação de pagamento que constitui ato praticado por autoridade competente para tal fim.

Os dois estágios da despesa citados são, respectivamente:

- (A) licitação e liquidação.
- (B) liquidação e fixação.
- (C) liquidação e pagamento.
- (D) liquidação e empenho.
- (E) licitação e empenho.

60

Analise as afirmativas a seguir:

- I. A lei que instituir as Diretrizes Orçamentárias estabelecerá de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as despesas relativas aos programas de natureza continuada.
- II. A Lei Orçamentária Anual compreende o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- III. A Lei de Diretrizes Orçamentárias disporá sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, critérios e forma de limitação de empenho, normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- IV. Integrará o projeto de lei orçamentária anual o anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e o montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- V. A vigência do plano plurianual estende-se por 4 (quatro) anos com início no segundo ano de mandato do Chefe do Poder Executivo até o término do primeiro ano do mandato seguinte.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas II, III e V estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas III, IV e V estiverem corretas.

61

Não constitui fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais:

- (A) o superávit da execução orçamentária apurado no balanço financeiro do exercício anterior.
- (B) o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se ainda a tendência do exercício.
- (C) o produto das operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.
- (D) os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei.
- (E) a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

62

O Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal instituído pela Lei 10.180/01 compreende as finalidades descritas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) formular o planejamento estratégico nacional
- (B) formular planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social
- (C) formular o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais
- (D) gerenciar o processo de planejamento e o orçamento federal
- (E) promover a articulação com Estados, o Distrito Federal e os municípios visando à consolidação dos orçamentos

63

A respeito do Sistema de Controle Interno Federal, analise as afirmativas a seguir:

- I. Uma das finalidades do Sistema de Controle Interno é o exercício do controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- II. O Órgão Central do Sistema de Controle Interno é a Contadoria-Geral da União.
- III. A área de atuação do órgão central do sistema abrange todos os órgãos do Poder Executivo Federal, sem exceções.
- IV. As Secretarias de Controle Interno (CISSET) da Casa Civil, da Advocacia-Geral da União, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa, compõem o sistema de controle interno como órgãos setoriais.
- V. A Secretaria de Controle Interno da Casa Civil tem como área de atuação todos os órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, além de outros determinados em legislação específica.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I, IV e V estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II, III e V estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas III, IV e V estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.

64

Complete a seqüência exata definida na Lei 8443/92 a respeito da jurisdição e abrangência do Tribunal do Tribunal de Contas da União:

...qualquer pessoa física, órgão ou entidade a que se refere o inciso I do art. 1º desta lei, que _____, _____, _____ ou _____ dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta assuma obrigações de natureza pecuniária...

- I. administre
- II. guarde
- III. arrecade
- IV. gerencie
- V. utilize

Assinale a alternativa que apresente os termos que completam as lacunas acima na ordem correta.

- (A) V – III – II – IV – I
- (B) IV – V – I – III – II
- (C) I – IV – III – II – V
- (D) II – I – IV – V – III
- (E) III – II – V – I – IV

65

O foco da auditoria de _____ é o processo de gestão nos seus múltiplos aspectos – de planejamento, de organização, de procedimentos operacionais e de acompanhamento gerencial, inclusive quanto aos seus resultados em termos de metas alcançadas.

Assinale a alternativa que complete corretamente a lacuna acima.

- (A) gestão
- (B) avaliação de programas
- (C) regularidade
- (D) cumprimento
- (E) desempenho operacional

Economia do Setor Público**66**

Em relação ao Sistema Tributário Nacional, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O Sistema Tributário Nacional compõe-se de impostos, taxas, contribuições e empréstimos compulsórios.
- (B) A Constituição Federal do Brasil outorga competência tributária à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para criar, modificar e extinguir tributos, por meio de lei.
- (C) As taxas são tributos que têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização efetiva ou potencial de serviço público específico ou posto à sua disposição.
- (D) O Princípio da Anterioridade afirma que a lei que cria ou aumenta um tributo, ao entrar em vigor, fica com sua eficácia suspensa até o início do próximo exercício financeiro, não admitindo exceções.
- (E) O Princípio da Vedação de Efeitos Confiscatórios indica que os tributos devem ser tais que não representem confisco.

67

Idealmente os tributos devem interferir o mínimo possível na alocação de recursos da economia e devem ser definidos de forma que indivíduos com a mesma capacidade de pagamento sejam tributados de maneira igual, segundo a Teoria da Tributação. Os princípios expressos pelo texto são, respectivamente:

- (A) o Neutralidade e o da Equidade Vertical.
- (B) o da Equidade Horizontal e o da Equidade Vertical.
- (C) o da Equidade e o da Capacidade Contributiva.
- (D) o da Neutralidade e o do Benefício.
- (E) o da Neutralidade e o da Equidade Horizontal.

68

A respeito das Necessidades de Financiamento do Setor Público, é correto afirmar que:

- (A) as Necessidades de Financiamento do Setor Público servem para apurar o montante de recursos que o setor público financeiro e não-financeiro necessita captar com o setor financeiro interno e/ou externo, além de suas receitas fiscais, para fazer face aos seus dispêndios.
- (B) a apuração do resultado “acima da linha” é feita a partir da variação líquida do estoque da dívida pública.
- (C) a apuração do resultado “abaixo da linha” parte da execução orçamentária, isto é, dos fluxos de receitas e despesas do governo.
- (D) em nível federal, o resultado dos orçamentos fiscal e da seguridade social recebe o nome de "Necessidades de Financiamento do Governo Central", enquanto o resultado do orçamento de investimentos recebe o nome de "Necessidades de Financiamento das Empresas Estatais".
- (E) um dos principais problemas para a adequação dos resultados pelo método “abaixo da linha” e “acima da linha” no Brasil é a não-inclusão, nas Necessidades de Financiamento do Setor Público segundo o resultado "acima da linha", das operações primárias do Banco Central.

69

Avalie as informações a seguir sobre a Dívida Líquida do Setor Público:

- I. No Brasil, no cálculo da Dívida Líquida do Setor Público são incluídas as receitas de privatização e os valores correspondentes às dívidas utilizadas na compra de empresas que são transferidas do setor público para o setor privado.
- II. Ajustes cambiais não são fatores condicionantes das variações da Dívida Líquida do Setor Público, já que o conceito exclui a dívida externa.
- III. A Dívida Líquida do Setor Público não inclui a Dívida Líquida de Empresas Públicas.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

70

Sobre o conceito de Dívida Fiscal Líquida (DFL), **não** é correto afirmar que:

- (A) o Déficit Público corresponde à variação da DFL.
- (B) o conceito de DFL foi introduzido no Brasil em 1996 com a justificativa de que o crescimento da Dívida Líquida do Setor Público não estaria propriamente relacionado a um desajuste fiscal do governo, mas sim ao reconhecimento e à absorção de déficits quase-fiscais do passado.
- (C) a DFL é a Dívida Bruta do Setor Público com ajustes patrimonial e metodológico, de forma que sua variação seja igual ao Déficit Nominal do Setor Público consolidado.
- (D) o ajuste patrimonial inclui as receitas de privatizações e a incorporação de passivos contingentes (chamados “esqueletos”).
- (E) o ajuste metodológico corresponde à diferença entre a variação da Dívida Externa Líquida em reais, convertida pela taxa de câmbio do final de período, e às necessidades de financiamento externas, convertidas pela taxa média de câmbio.

71

Em relação às atribuições e objetivos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Permite o registro contábil dos balancetes dos Estados e Municípios e de suas supervisionadas.
- (B) Permite que a contabilidade pública seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais destinadas a todos os níveis da Administração Pública Federal.
- (C) Padroniza métodos e rotinas de trabalho relativos à gestão dos recursos públicos, sem implicar rigidez ou restrição a essa atividade, e exerce controle direto sobre as despesas de cada unidade gestora.
- (D) Permite o controle da dívida interna e externa, bem como o das transferências negociadas.
- (E) Provê mecanismos adequados ao controle diário da execução orçamentária, financeira e patrimonial aos órgãos da Administração Pública.

72

Sobre o Sistema Financeiro Nacional, é correto afirmar que:

- (A) o Sistema Financeiro Nacional é composto, no Brasil, por órgãos normativos, como o Conselho Monetário Nacional (CMN), entidades supervisoras, como a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), e operadores, como as Sociedades de Capitalização.
- (B) o Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão responsável por expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados e por regular, normatizar e coordenar as atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (fundos de pensão).
- (C) as Instituições Financeiras Captadoras de Depósitos À Vista incluem, entre outros, os Bancos Comerciais, a Caixa Econômica Federal e as Associações de Poupança e Empréstimo.
- (D) o Conselho Monetário Nacional tem, entre suas competências, autorizar o funcionamento das instituições financeiras.
- (E) o Conselho Monetário Nacional é integrado pelo Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Presidente do Banco Central do Brasil e o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

73

Analise as seguintes afirmativas:

- I. Atualmente, no Brasil, a elevação ou a redução do estoque de títulos do Tesouro Nacional no mercado e, portanto, seu endividamento, dependem essencialmente do resultado fiscal do Governo, possuindo, portanto, independência com relação à política monetária.
- II. O Tesouro Nacional e o Banco Central podem realizar negociações de títulos públicos em mercados primários e secundários.
- III. Embora a estratégia do Tesouro Nacional busque o alongamento do prazo da dívida, em contexto de elevação de taxas de juros, essa estratégia tem sua eficácia limitada, pois aumenta o custo de rolagem dos títulos.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

74

Sobre o setor público no Brasil e os problemas relacionados ao seu financiamento, **não** é correto afirmar que:

- (A) a Secretaria do Tesouro Nacional detém a chamada Conta Única do Tesouro Nacional, que contabiliza as disponibilidades de caixa da União, constituindo um instrumento de controle das finanças públicas.
- (B) o setor público pode se financiar, entre outros, por empréstimos externos ou pela redução de seus ativos.
- (C) o Banco Central pode afetar as condições de custo e demanda por títulos do Tesouro Nacional, e assim sua capacidade de financiamento, por recompras no mercado secundário.
- (D) o Banco Central atua indiretamente sobre a demanda por títulos do Tesouro Nacional quando altera as condições gerais de liquidez do sistema e, diretamente, pela utilização diferenciada dos vários instrumentos de política monetária.
- (E) a percepção dos detentores de títulos públicos sobre a capacidade do governo em pagar a dívida, quando a relação entre a dívida pública e o PIB cresce, pode provocar a migração das suas aplicações para outros ativos, como, por exemplo, o dólar, podendo levar a uma desvalorização monetária.

75

A respeito dos sistemas de tributação, avalie as seguintes afirmativas:

- I. Pode-se dizer que um sistema tributário é progressivo se sua alíquota média for uma função crescente com relação à renda, ou seja, sua elasticidade-renda é menor do que a unidade.
- II. A aplicação de sistemas tributários progressivos ou regressivos não altera o padrão de distribuição de renda, já que as alíquotas utilizadas dependem do nível de renda.
- III. Um sistema tributário em que todos pagam uma mesma porcentagem de sua renda como imposto caracteriza um sistema proporcional.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

76

Sobre o Plano de Contas da Administração Pública Federal, **não** é correto afirmar que:

- (A) se trata do conjunto das contas utilizáveis em toda a Administração Pública Federal, organizadas e codificadas com o propósito de sistematizar e uniformizar o registro contábil dos atos e fatos de gestão.
- (B) o Passivo Exigível a Longo Prazo corresponde às obrigações exigíveis após o término do período corrente.
- (C) a Tabela de Eventos é parte integrante do Plano de Contas da Administração Pública Federal e é o instrumento utilizado pelas unidades gestoras no preenchimento dos documentos de entrada.
- (D) o Ativo Compensado compreende as contas com função precípua de controle, relacionadas a situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo.
- (E) o Resultado Diminutivo Orçamentário corresponde à diminuição da situação líquida do patrimônio representado pelas despesas orçamentárias, interferências passivas e às mutações passivas resultante da execução orçamentária.

77

Sobre a Contabilidade Pública, é correto afirmar que:

- (A) a Contabilidade Pública adota o regime de caixa para as receitas e despesas.
- (B) o campo de aplicação da Contabilidade Pública inclui a Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, bem como Autarquias, Fundações Públicas e Privadas, além de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que participem do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.
- (C) as interferências passivas orçamentárias contabilizam a contrapartida de transferências financeiras recebidas pelas unidades, como cotas, repasses e sub-repasses.
- (D) as Receitas Extra-Orçamentárias são receitas não previstas no Orçamento, tendo ocorrido ao longo do exercício, podendo gerar acréscimo patrimonial (insubsistência ativa).
- (E) as despesas públicas no Brasil são classificadas segundo a categoria econômica (correntes ou de capital), o grupo de despesa (investimentos, inversões, etc.), a modalidade de aplicação (aplicação direta ou transferência, por tipo de transferência) e o elemento da despesa (aposentadorias, sentenças judiciais, etc.).

78

Analise as seguintes afirmativas:

- I. Em um regime federativo como o brasileiro, um Imposto sobre o Valor Adicionado deveria ser instituído idealmente em nível estadual, para evitar o fenômeno de “guerra fiscal”.
- II. A classificação dos tributos segundo a incidência do ônus de pagamento (diretos ou indiretos) é particularmente relevante para a análise da equidade, segundo o qual os tributos devem distribuir seus ônus de maneira justa entre os indivíduos.
- III. Frequentemente, impostos indiretos são arrecadados em vários estágios do processo de produção e venda e seus efeitos sobre o consumidor final não são claros, já que dependem de fatores exógenos ao sistema tributário.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas a afirmativa I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

79

A respeito dos bens públicos e dos princípios de não-rivalidade e de não-exclusividade do consumo, é correto afirmar que:

- (A) um bem cujo consumo é não-rival necessariamente torna-se não-exclusivo.
- (B) um bem possui não-rivalidade quando o custo marginal de adicionar outro consumidor ao consumo do bem é igual a zero.
- (C) o mecanismo de mercado induz os indivíduos a revelarem suas preferências com relação ao bem público.
- (D) a característica de não-rivalidade, associada a certos bens, reduz os incentivos para seu pagamento voluntário, questão conhecida na literatura como o problema do “carona”.
- (E) os bens públicos podem ser definidos como aqueles cujo consumo por parte de um indivíduo implica aumento do bem-estar público.

80

De acordo com a Lei 4.320, de 1964, **não** é correto afirmar que:

- (A) o Balanço Financeiro demonstrará as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.
- (B) a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.
- (C) os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extra-orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
- (D) o Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.
- (E) o Ativo Permanente, demonstrado no Balanço Patrimonial, compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numéricos.

81

A respeito dos agregados monetários, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) os chamados meios de pagamento ampliados correspondem ao papel-moeda em poder do público, aos depósitos à vista, aos depósitos especiais remunerados, aos depósitos de poupança e aos títulos emitidos por instituições depositárias.
- (B) os meios de pagamento restritos correspondem ao passivo monetário restrito do Banco Central e dos bancos criadores de moeda escritural.
- (C) entre as instituições depositárias incluem-se, entre outras, bancos múltiplos, bancos comerciais, agências de fomento, sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias, corretoras e distribuidoras de títulos e de valores mobiliários.
- (D) o papel-moeda em poder do público corresponde ao papel moeda emitido menos uma fração mantida pelos bancos e que pode ser usada para satisfazer parte dos requisitos compulsórios.
- (E) a base monetária é, por definição, igual às reservas bancárias mais o papel-moeda em poder do público.

82

Avalie as afirmativas a seguir, considerando o modelo IS-LM em uma economia fechada:

- I. Se o governo conduz um aumento do nível de impostos e o Banco Central mantém inalterada a oferta monetária, tudo o mais constante, o resultado é uma diminuição do nível de renda.
- II. Se o governo conduz um aumento do nível de impostos e o Banco Central deseja manter inalterada a taxa de juros, tudo o mais constante, deve ser realizado um aumento da oferta monetária.
- III. Se o governo conduz um aumento do nível de impostos e se o Banco Central aumenta a oferta de moeda, o nível de renda pode se manter inalterado desde que haja um aumento da taxa de juros, *ceteris paribus*.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativa I e II estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem incorretas.

83

Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Para um dado nível de renda, se um aumento nos gastos do governo não for acompanhado por um aumento de impostos e o governo financie seu gasto emitindo títulos, o resultado é uma queda na taxa de juros.
- (B) A emissão de moeda como meio de aumentar a receita do governo corresponde à imposição de um imposto inflacionário.
- (C) Em um modelo keynesiano simples com economia fechada, considerando Y como o nível de renda da economia e G como o volume de gastos do governo, a expressão $\Delta Y/\Delta G$ é chamada de multiplicador dos gastos do governo e é tal que $\Delta Y/\Delta G > 1$.
- (D) Quanto menor a propensão marginal a consumir dos consumidores, menor o valor do multiplicador dos gastos do governo.
- (E) O valor do multiplicador dos gastos do governo e do multiplicador da tributação dependem das mesmas variáveis.

84

A respeito do mercado monetário, é correto afirmar que:

- (A) a oferta monetária depende da base monetária, da fração de depósitos que os bancos mantêm sob a forma de reserva e da quantidade de moeda corrente que o público prefere manter como fração de seus depósitos à vista.
- (B) a quantidade demandada de encaixes monetários reais é negativamente relacionada com a taxa de juros e com a renda.
- (C) o equilíbrio de curto prazo no mercado monetário, supondo que a oferta de moeda possa variar, é atingido pelas variações na taxa de juros.
- (D) o aumento repentino da oferta monetária pelo Banco Central, supondo preços flexíveis, aumenta a oferta de encaixes reais e diminui a taxa de juros de equilíbrio.
- (E) a capacidade exclusiva do Banco Central de criar moeda é a principal diferença deste com relação às outras instituições financeiras.

85

Sobre o multiplicador monetário e a determinação da oferta de moeda, é correto afirmar que:

- (A) o multiplicador monetário é diretamente proporcional aos encaixes compulsórios sobre depósitos à vista mantidos pelos bancos comerciais.
- (B) o multiplicador monetário é diretamente proporcional à velocidade de circulação da moeda.
- (C) se a razão entre reservas e depósitos à vista mantidos pelos bancos é de 10% e a razão entre os ativos em moeda e em depósitos à vista mantidos pelo público é de 15%, o multiplicador monetário é de 1,5.
- (D) o multiplicador monetário é expresso em termos das relações funcionais que definem a expansão ou o limite de crescimento da liquidez da economia promovida pelos bancos comerciais.
- (E) a determinação da oferta de moeda depende exclusivamente da interação entre o Banco Central e os bancos comerciais.

86

A respeito da política monetária, avalie as afirmativas a seguir:

- I. Reduções da taxa de redesconto do Banco Central são um dos instrumentos da política monetária para expandir a oferta de moeda.
- II. Quando o Banco Central vende títulos ao público, a quantidade de moeda corrente em circulação diminui, e, portanto, a base monetária também se reduz.
- III. Estabelecida a relação entre a taxa de juros desejada e a taxa de juros prevalecente no mercado na ausência de intervenções, se o Banco Central liquida operações de compra de moeda estrangeira, tudo o mais constante, surge a necessidade de compensar o aumento da oferta monetária por meio, por exemplo, da compra de títulos.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (D) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

87

Avalie as afirmativas abaixo sobre o Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil:

- I. O Banco Central é um órgão normativo e executivo do Sistema Financeiro Nacional e tem como uma de suas funções estabelecer as disposições que regulam o funcionamento do Sistema no que diz respeito à emissão de moeda.
- II. É função do Conselho Monetário Nacional regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos.
- III. É uma atribuição do Banco Central receber recolhimentos compulsórios e voluntários das instituições financeiras e bancárias.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se todas as afirmativas estiverem incorretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

88

Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A carga tributária bruta é definida no Brasil como a soma das receitas tributárias das diferentes esferas de governo dividida pelo valor do Produto Interno Bruto.
- (B) A carga tributária líquida corresponde à carga tributária bruta descontadas as receitas referentes aos tributos indiretos.
- (C) A carga tributária bruta brasileira apresentou tendência relativamente crescente no período pós-Plano Real, ainda que haja alguma controvérsia sobre o seu tamanho preciso.
- (D) A Desvinculação das Receitas da União (DRU) permite que os recursos destinados constitucionalmente ao financiamento da seguridade social fossem utilizados para o pagamento dos juros da dívida do setor público.
- (E) A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), instituída por Lei Complementar em 1991, é uma das principais fontes de financiamento da seguridade social no Brasil, que engloba, no texto constitucional, a previdência social, a assistência social e a saúde.

89

Considerando o modelo IS-LM em uma economia fechada, dado o nível geral de preços, **não** é correto afirmar que:

- (A) quanto mais elástico for o investimento privado à taxa de juros, mais eficaz será a política monetária.
- (B) quanto mais elástica for a demanda por moeda à taxa de juros, mais eficaz será a política monetária.
- (C) quando a economia se encontra na situação chamada de "armadilha da liquidez", a política fiscal tem eficácia máxima.
- (D) quanto menor o multiplicador dos gastos do governo, maior será o efeito de uma contração da oferta de moeda.
- (E) o grau de eficácia da política monetária depende da magnitude da propensão marginal a poupar dos consumidores.

90

Considerando os diferentes métodos utilizados para auxiliar na decisão da seleção de projetos, é correto afirmar que:

- (A) a idéia básica do método da Taxa Interna de Retorno é a de que se calcula um indicador que depende das taxas de juros vigentes no mercado.
- (B) O método de *payback* é utilizado para informar o tempo de retorno do investimento e é obtido calculando-se o número de anos que serão necessários para que os fluxos de caixa futuros acumulados igualem o montante do investimento inicial.
- (C) embora existam vários critérios que auxiliam no processo de decisão de investimentos, desaconselha-se em geral a utilização do método do Valor Presente Líquido, já que ele não indica se há aumento do valor da empresa.
- (D) a vantagem do método do Valor Presente Líquido é expressar os resultados em termos de uma taxa, cujo significado é mais facilmente assimilado do que aqueles expressos em unidades monetárias.
- (E) supondo dois projetos de investimento, o Valor Presente Líquido do projeto considerado em conjunto não necessariamente será igual ao Valor Presente Líquido dos projetos considerados separadamente.

91

Analise as afirmativas a seguir:

- I. A sustentabilidade da política fiscal depende do resultado primário, da taxa real de juros e da taxa de crescimento do produto.
- II. Se, em um determinado ano, a taxa real de juros foi equivalente à taxa de crescimento do PIB, pode-se afirmar que a relação da dívida/PIB manteve-se constante.
- III. A existência de um déficit primário é incompatível com a constância da relação dívida/PIB.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (D) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (E) se apenas a afirmativa II estiver correta.

92

Sobre os resultados das contas públicas, **não** é correto afirmar que:

- (A) o resultado operacional das contas públicas do governo agrega ao resultado primário as despesas com juros reais.
- (B) o resultado nominal das contas públicas se refere ao resultado operacional mais as despesas com inflação.
- (C) no Brasil, além da despesa com juros nominais, inclui-se no resultado nominal a variação cambial dos títulos públicos indexados ao câmbio.
- (D) o resultado primário indica, efetivamente, o montante de recursos que o setor público necessitou captar.
- (E) em um país com alta inflação e com grande dívida pública, o resultado nominal não é um bom indicador do desempenho da política fiscal.

93

Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e suas Emendas, **não** é correto afirmar que:

- (A) nas despesas de pessoal, incluem-se, entre outros, despesas com inativos e pensionistas, reformas e pensões.
- (B) o limite com gastos de pessoal nas diferentes esferas de governo é de 50% das respectivas Receitas Correntes Líquidas.
- (C) a Lei de Responsabilidade Fiscal não revoga a Lei 4.320 de 1964, já que esta última não tem como foco a gestão fiscal.
- (D) no que diz respeito aos gastos públicos com educação e saúde, foram estabelecidos, respectivamente, valores mínimos de gastos nacionais anuais por aluno, de acordo como o nível de ensino, e um percentual de 15% da receita de impostos e transferências a ser atingido pelos Municípios.
- (E) a referida lei proíbe o socorro às instituições do Sistema Financeiro Nacional, prevendo, porém, a criação de fundos para a cobertura destas instituições em situação de insolvência.

94

Sobre os tributos, avalie as seguintes afirmativas:

- I. A parcela de um imposto que é repassada aos consumidores depende das elasticidades da oferta e de demanda do mercado envolvido.
- II. A imposição de um imposto sobre os insumos utilizados em um processo produtivo causará um aumento no preço do produto final se a demanda por esses insumos for perfeitamente elástica.
- III. Supondo que a utilidade marginal da renda monetária aumente com o acréscimo de renda, um padrão monetário com ênfase em tributos indiretos não satisfaz ao princípio da equidade.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se apenas a afirmativa II estiver correta.

95

Sobre o Federalismo Fiscal, **não** é correto afirmar que:

- (A) o princípio básico do Federalismo Fiscal consiste em atribuir responsabilidades pela provisão de bens e serviços de acordo com a abrangência geográfica dos benefícios recebidos pela população.
- (B) um dos principais problemas existentes em qualquer Federação diz respeito à distribuição das bases tributárias entre os governos e a posterior repartição das receitas tributárias.
- (C) no Brasil, a Constituição Federal vigente não define claramente a atribuição das competências tributárias e a repartição das receitas entre cada esfera de governo, e, portanto, há possibilidade de sobreposição de competências.
- (D) uma característica do sistema tributário brasileiro que foge à tradição internacional é o fato de existirem dois impostos sobre produção e circulação, do tipo Imposto sobre Valor Agregado, sendo cada um administrado por um nível distinto de governo.
- (E) o mecanismo de transferências intergovernamentais tem por objetivo básico corrigir os problemas de desequilíbrios verticais (descompassos entre a capacidade de tributar e as responsabilidades de gastos entre os diversos níveis governamentais) e horizontais (descompassos entre os níveis de renda de governos no mesmo nível de hierarquia) existentes em qualquer Federação.

Processo Legislativo Orçamentário

96

De acordo com a Constituição Federal, para que as emendas ao projeto de lei orçamentária apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO sejam aprovadas, é necessário:

- (A) que sejam indicados os recursos necessários sendo admitidos os provenientes de anulação de despesas, inclusive as que incidam sobre serviço da dívida.
- (B) que sejam compatíveis com o plano plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a Lei de Responsabilidades Fiscal.
- (C) que sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões ou com dispositivos do texto do projeto de lei.
- (D) que sejam relacionadas a despesas sujeitas a cumprimento de limites mínimos obrigatórios estabelecidos na Constituição.
- (E) que sejam compensadas com recursos provenientes de anulação de despesas com pessoal e seus encargos.

97

A Resolução 001/2006 apresenta as classificações das emendas com suas definições.

Assinale a alternativa que apresente a emenda com a respectiva definição.

- (A) Emenda de remanejamento é a que propõe acréscimo ou inclusão de dotações e, simultaneamente, como fonte exclusiva de recursos, a anulação equivalente de dotações constantes do projeto, excluídas as da Reserva de Contingência.
- (B) Emenda de compatibilização é a que é compensada com a anulação das dotações indicadas na própria emenda, observada a compatibilidade das fontes de recursos.
- (C) Emenda de apropriação é a que propõe acréscimo ou inclusão de dotações e, unicamente, como fonte de recursos, a anulação equivalente de recursos integrantes da Reserva de Recursos.
- (D) Emenda de cancelamento é a que propõe, exclusivamente, o aumento de dotações constantes do projeto.
- (E) Emenda de regularização é a que propõe a correção de erros e omissões verificadas no projeto.

98

Complete as lacunas do texto com os dados apresentados a seguir.

A _____ será composta dos eventuais recursos provenientes da _____, da _____ e outros definidos no parecer preliminar, deduzidos os recursos para atendimento de emendas individuais de despesas obrigatórias e de outras despesas definidas naquele parecer.

- I. reserva de contingência
- II. reestimativa das receitas
- III. reserva de recursos

Assinale a seqüência que complete corretamente as lacunas acima.

- (A) I – III – II
- (B) I – II – III
- (C) III – II – I
- (D) II – I – III
- (E) III – I – II

99

De acordo com a Resolução 01/06, **não** é atribuição do Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária:

- (A) acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução orçamentária e financeira, inclusive os decretos de limitação de empenho e pagamento, o cumprimento das metas fixadas na lei de diretrizes orçamentárias e o desempenho dos programas governamentais.
- (B) analisar a consistência fiscal dos projetos de Lei do Plano Plurianual, da Lei Orçamentária Anual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos planos de longa duração.
- (C) apreciar, após o recebimento das informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União para o período respectivo, e em relatório único, os Relatórios de Gestão Fiscal previstos no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000.
- (D) analisar as informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União acerca da execução orçamentária e financeira, bem como do acompanhamento decorrente do disposto no inciso I do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 2000.
- (E) analisar as demais informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, exceto as relativas a obras e serviços com indícios de irregularidades e as relativas à receita.

100

Analise as seguintes afirmativas:

- I. A análise da estimativa da Receita e das respectivas emendas é de competência do Relator da Receita cujo relatório será votado após a apresentação do Relatório Preliminar.
- II. A proposta de modificação do projeto de Lei Orçamentária Anual enviada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, nos termos do art. 166, § 5º, da Constituição, somente será apreciada se recebida até o início da votação do Relatório Preliminar na CMO.
- III. A CMO realizará audiências públicas para o debate e o aprimoramento do projeto, para as quais convidará Ministros ou representantes dos órgãos de Planejamento, Orçamento e Fazenda do Poder Executivo e membros do Poder Legislativo.
- IV. No prazo de até 20 (vinte) dias após a votação do último Relatório Setorial, o Relator da Receita poderá propor a atualização da receita aprovada, tendo em vista eventual revisão de parâmetros e da legislação tributária, com base em avaliação do Comitê de Avaliação da Receita.
- V. O Relatório da Receita deverá conter o exame da conjuntura macroeconômica e do endividamento e seu impacto sobre as finanças públicas.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas III e V estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e V estiverem corretas.

Realização



F U N D A Ç Ã O
GETULIO VARGAS

FGV PROJETOS

<http://concurso.fgv.br>